

O SILÊNCIO NA ASSISTÊNCIA: OLHAR DO PROFISSIONAL SOBRE O CUIDADO AO SURDO

SILENCE IN ASSISTANCE: LOOKING FROM THE PROFESSIONAL OVER CARE TO THE DEAF

Geneilda Silva Sobrinho¹

RESUMO

A surdez é considerada uma deficiência por ser uma limitação física, ela traz obstáculos à vida das pessoas que a possuem. Obstáculos esses, que acabam prejudicando a assistência ofertada pelos setores da saúde. Esse estudo teve como objetivo identificar nas produções científicas como é o atendimento prestado aos surdos, na perspectiva dos profissionais de saúde é o principal objetivo destacado. Trata-se de uma revisão integrativa, que teve como base de dados a Biblioteca Virtual de Saúde, com o foco em literatura dentro do período 2013-2018. Com o cruzamento dos descritores em saúde, foram encontrados 168 estudos, após a aplicação dos critérios de inclusão e exclusão foram incorporados na amostra 11 artigos, que se adequavam a temática abordada. Toda pessoa surda tem direito a ser esclarecida sobre seu estado de saúde, bem como os procedimentos que serão realizados para sua recuperação, porém os profissionais ressaltam que a comunicação com esse público é muitas vezes prejudicada. É importante abordar esse assunto nas pesquisas científicas, para ajudar na melhoria da assistência aos surdos, pois trata-se de um público com especificidades de comunicação e demandas que muitas vezes não são supridas devido a limitações no diálogo profissional-paciente.

PALAVRAS CHAVE: Profissionais de saúde; Assistência; Comunicação; Surdez.

ABSTRACT

Deafness is considered a disability because it is a physical limitation, it brings obstacles to the lives of the people who have it. Obstacles that end up hampering the care offered by the health sectors. This study aimed to identify in the scientific productions how is the care provided to the deaf, from the perspective of health professionals is the main objective highlighted. This is an integrative review, based on the Virtual Health Library, with a focus on literature from the period 2013-2018. With the intersection of the descriptors in health, 168 studies were found, after applying the inclusion and exclusion criteria, 11 articles were incorporated into the sample, which fit the theme addressed. All deaf people have the right to be informed about their health status, as well as the procedures that will be performed for their recovery, but professionals emphasize that communication with this public is often impaired. It is important to address this issue in scientific research, to help improve the care of the deaf, as it is an audience with communication specificities and demands that are often not addressed due to limitations in the professional-patient dialogue.

KEY WORDS: Health professionals; Assistance; Communication; Deafness.

¹Discente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco Campus Pesqueira.

1. INTRODUÇÃO

A deficiência é conceituada como uma limitação física, sensorial ou mental, e qualquer uma dessas limitações trazem obstáculos à vida da pessoa que a possui³. Inserida nesse conceito está a surdez, que pode ser adquirida através de uma obstrução por tampão de cera, perfuração do tímpano, dentre outras. Essa deficiência também pode ser congênita, decorrente de uma ou mais doenças, e pode ser classificada como surdez parcial, que é aquela caracterizada pelo fato de que o indivíduo ouve muitíssimo pouco pelos dois ouvidos ou escuta apenas por um deles, ou surdez severa, quando a pessoa não ouve de forma alguma¹⁰.

Existe uma quantidade significativa de pessoas portadoras de deficiência no Brasil. Essa informação aparece no censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010. Segundo o IBGE, cerca de 45,6 milhões de pessoas afirmam ter algum tipo de deficiência, dessas, 7,6% têm dificuldades para ouvir ou surdez¹⁰. Ao se tratar de saúde, a comunicação é a “ferramenta” indispensável para uma assistência adequada, pois, através dela, acontece o acolhimento e a relação profissional/paciente. Por meio dela é possível estabelecer a fala necessária e a escuta atenta para que haja uma troca de informações precisas para que os comunicantes tenham o entendimento e posteriormente ajude para um atendimento satisfatório ao usuário². No cotidiano existem dificuldades enfrentadas por pessoas com deficiência auditiva no que diz respeito à comunicação, pois usam uma linguagem visual- motora diferente daquela usadas pelas pessoas que escutam que é a linguagem auditivo-oral, isso repercute também nos momentos em que precisam usar serviços de saúde¹⁴.

Uma das formas de melhorar o acesso dos surdos ao serviço de saúde é a inclusão de um tradutor intérprete durante as consultas, para ajudar na troca de informações entre profissionais e pacientes. Contudo, o acompanhamento do tradutor não é um fator exclusivo para a inclusão do usuário surdo na assistência em saúde, já que sua presença não deve ser um determinante para que haja o atendimento ao usuário com surdez. Além disso, a depender de como se dê a participação do intérprete, a relação de confiança entre profissional de saúde e paciente pode ser prejudicada².

Outra forma de contribuir para a acessibilidade das pessoas com deficiência é o uso de tecnologias assistivas (TA), que consiste em mecanismos produzidos pra promover a melhoria no atendimento de acordo com as especificidades de cada indivíduo portador de necessidades especiais. Os vídeos educativos são um exemplo de TA. Testado através de estudos, mostraram-se eficazes para que homens e mulheres surdos aprendessem sobre doenças, como câncer de próstata, mama e colo de útero e as compreendessem melhor. Com a aplicabilidade de TA, diminui-se potencialmente, os problemas com os atendimentos médicos e quaisquer outros profissionais da saúde que venham prestar cuidados ao público, sobretudo aos surdos. Mediante o contexto, há também várias formas e lugares para aproveitar essas tecnologias, e a internet é, sem dúvida, uma dessas formas que pode atingir a todos de maneira educativa no auxílio à acessibilidade¹².

A Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010, que

dispõe sobre a formação inicial e continuada de pessoas ouvintes em tradutores e intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (TILIBRAS), foi regulamentada para contribuir na comunicação entre ouvintes e surdos. O TILIBRAS é um mediador do elo entre as pessoas que estão atendendo e aquelas que estão usando o serviço de saúde e deve agir profissionalmente, atento para transmitir com fidedignidade todas as falas dos comunicantes¹.

A garantia de atendimento apropriado aos surdos nos estabelecimentos públicos de saúde ou em instituições privadas que prestam serviço ao sistema público foi determinada pela Lei Federal Nº 10.436, de 24 de Abril de 2002⁵, que é a mesma que reconhece a LIBRAS como sendo a língua oficial dos mesmos⁶. O Decreto Nº 5.626, de Dezembro de 2005⁴, delibera a obrigatoriedade da inserção do ensino da Língua Brasileira de Sinais aos estudantes de magistério, pedagogia, de todos os cursos de licenciaturas e Fonoaudiologia, já em outros cursos o decreto diz que é opcional de cada instituição⁵.

Após o decreto nº 5.626/2005⁴, os pacientes que possuem surdez têm o direito de serem atendidos por pessoas que saibam se comunicar por LIBRAS, em todos os estabelecimentos prestadores de serviços de saúde, sejam eles pertencentes ao Sistema Único de Saúde (SUS) ou privados que tenham convênio com o serviço público. Esses estabelecimentos devem garantir aos funcionários acesso à formação continuada em Língua de Sinais. Todavia, a inclusão dos surdos com base na comunicação, ainda hoje têm causado transtornos, uma vez que não se encontram profissionais que se comuniquem pela Língua de Sinais, bem como intérpretes ou até mesmo outros mecanismos que possibilitem a interação entre usuários com deficiência auditiva e atendentes de saúde⁴.

Diante do exposto, o objetivo dessa pesquisa foi identificar a produção científica sobre o atendimento prestado aos surdos na visão dos profissionais de saúde.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se revisão integrativa. Esse tipo de estudo possibilita aos profissionais analisar evidências teóricas e empíricas que ajudarão no processo de trabalho¹⁷. Na área da saúde existe uma quantidade e complexidade de informações, que acabam por impulsionar os profissionais a buscarem cada vez mais nas literaturas, ajuda para a tomada de decisão tão importante na assistência aos pacientes⁸.

O estudo de revisão integrativa permite a análise do que já está feito e disponível nas literaturas sobre um determinado tema ou problema dentro de um período¹². Tem como base uma pergunta norteadora, essa derivada de um problema a ser discutido, e que possibilite averiguação, críticas, sugestão e apresentação de soluções⁸.

Foi realizado um levantamento de dados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os seguintes descritores em Ciência da Saúde (DeCS): profissional de saúde, surdez, assistência e comunicação. Para obter melhores resultados na busca, foi aplicado o DeCS booleano AND, realizando cruzamentos entre os descritores. Foram encontradas as seguintes

quantidades de artigos nos cruzamentos: profissional de saúde AND surdez 22; Assistência AND surdez 35; comunicação AND surdez 111. O levantamento de dados teve início no mês de Abril postergando ao mês de Maio de 2018.

As considerações usadas como critérios de inclusão dos artigos foram: artigos publicados nos últimos 5 anos, disponíveis, em língua portuguesa e que contemplassem o tema abordado nesta pesquisa. Após a leitura e análise, foram de-

tectados artigos repetidos, e excluídos alguns que contemplavam as mesmas falas. Mediante todos os critérios de inclusão, conforme expresso na **Tabela 1** foram selecionados 11 estudos para compor a amostra, onde, dentre eles estão algumas Leis e Decretos nacionais que dispõem sobre os direitos do público abordado neste estudo.

Tabela 1: Síntese dos artigos incluídos na presente revisão.

Ano	Autores	Título	Objetivo
2014	Rodrigues; Damião ¹⁵	Ambiente Virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de Atenção Básica	Desenvolver um Ambiente Virtual (AV) em Libras, denominado de AVPASAB (Ambiente Virtual de Pronto Atendimento ao Surdo na Atenção Básica), tendo como parâmetro o Protocolo de Tratamento da Hipertensão Arterial e do Diabetes Mellitus tipo 2, utilizado na Atenção Básica para auxiliar os enfermeiros na consulta de enfermagem.
2015	Azevedo et al., ²	Produção Científica na Área da Surdez: análise dos artigos Publicados na Revista Brasileira de educação especial no Período de 1992 a 2013	Mapeamento da produção científica sobre surdez publicada na RBEE, desde sua criação, em 1992, até 2013, de maneira a acompanhar a trajetória sobre o modo como a surdez e suas especificidades têm sido retratadas nas produções veiculadas nesse periódico.
2015	Oliveira et al., ¹⁴	Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos	Revelar como os surdos percebem a comunicação com os profissionais de saúde, e compreender o significado da presença de um acompanhante oralizador como interlocutor, durante atendimento na rede pública de serviços de saúde.
2015	Filho, G et al., ⁶	Profissional tradutor e intérprete de libras (tilibras): como a legislação apresenta a formação acadêmica?	Demonstrar a regência da legislação do tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (TILIBRAS) para a formação acadêmica.
2015	Nunes et al., ¹³	Surdez e educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?	Debater a polêmica educação do surdo.
2016	Monteiro et al., ¹⁰	Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos	Analisar a partir de fragmentos narrativos de surdos adultos, o que eles vivenciaram com a descoberta do diagnóstico na primeira infância.
2016	Áfio et al., ¹	Avaliação da acessibilidade de tecnologia assistiva para surdos	Avaliar a acessibilidade automática de TA, na modalidade de curso on-line, para surdos.
2016	França et al., ⁷	Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa	O presente estudo teve como objetivo investigar as dificuldades de profissionais da saúde para a realização da consulta à pessoa com surdez severa.
2017	Monteiro et al., ¹⁰	Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência	Objetiva-se conhecer a assistência à saúde prestada às pessoas surdas, usuárias da Língua Brasileira de Sinais (Libras), a partir da sua perspectiva, com vistas a refletir sobre a inclusão de ações na Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência.
2017	Vieira et al., ¹⁷	Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde	Os principais objetivos foram: caracterizar as formas de comunicação utilizadas pelos participantes; investigar a autonomia dos pacientes com deficiência auditiva na busca dos serviços de saúde; analisar o acolhimento e acesso aos serviços de saúde destes pacientes; analisar a comunicação na relação médico-paciente, e avaliar a satisfação quanto ao atendimento, tudo sob a ótica dos usuários com deficiência auditiva.
2017	Lopes et al., ⁹	Comunicação do surdo Com Profissionais de saúde na busca da integralidade	Esta pesquisa tem por objetivo problematizar e identificar a concepção do surdo quanto à comunicação com os profissionais de saúde.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A amostra final foi composta de 168 artigos, dentre os quais 11 atenderam aos requisitos de especificidade do tema proposto. No que diz respeito ao recorte temporal de publicação dos estudos, dos 11 artigos sintetizados, observou-se que em 2014= 1 (9%) dos artigos apresentaram a temática afim do nosso estudo, em 2015= 4 (36,4%), em 2016= 3 (27,3%), em 2017= 3 (27,3%). Portanto nota-se a escassez de artigos nessa área nos últimos dois anos, o que sinaliza a necessidade de mais pesquisas sobre o atendimento prestado aos surdos, na visão dos profissionais de saúde.

Quanto a categoria profissional dos autores dos artigos, em 4 (36,4%) da Enfermagem, 3 (27,3%), profissionais De Fonoaudiologia; 7 (63,6%), outros profissionais como Mestres em Letras, Psicólogo, Biomédico, Médico, Assistente Social, Mestres em Educação e TILIBRAS; e 1 (9,1%), não apresentaram dados específicos dos autores.

No que se refere aos objetivos abordados nesses artigos, 1 (9,1%) abordou a educação dos surdos; 1 (9,1%) apresentou a legislação do tradutor intérprete; 1 (9,1%) analisou a produção científica que fala sobre população com deficiência auditiva; 1 (9,1%) objetivou investigar as dificuldades dos profissionais em relação ao atendimento ao público surdo, utilizando seus relatos; 2 (18,2%) avaliaram mecanismos que ajudam na comunicação entre pessoas com surdez e 5 (45,4%) dos estudos apontam as dificuldades enfrentadas pela falta de comunicação entre surdos e profissionais na visão e percepção dos próprios surdos.

Assim como todos os seres humanos, a pessoa que possui deficiência deverá ser esclarecida sobre todos os processos que serão feitos em seu tratamento, seja ele simples como uma medicação, curativo ou complexo como uma intervenção cirúrgica. Mediante a Lei nº 13.146, o deficiente não deverá ser obrigado a se sujeitar a quaisquer desses procedimentos sem seu consentimento¹³. Através dos estudos detec-

tou-se que locais públicos ou privados prestadores de atendimentos e acompanhamento de saúde são lugares em que a LIBRAS deveria estar inserida seja capacitando o pessoal que trabalha, seja contratando intérpretes da LIBRAS, isso, além de beneficiar a assistência aos surdos como um todo, ajudaria a família no contato inicial com a surdez¹⁵.

Na assistência de saúde, a definição de diagnósticos, cuidados e tratamentos adequados dependem singularmente de uma anamnese prévia e cautelosa. Para que isto aconteça, é fundamental o uso de uma comunicação eficaz. Exercer o diálogo com pacientes faz parte da humanização dos serviços de saúde, preconizada pela Política Nacional de Humanização (PNH). A falta dessa conversa com os surdos, mencionada em estudos, aponta para a necessidade do uso de instrumentos que permitam que profissionais e deficientes possam se comunicar⁹.

As diferentes formas de linguagem entre surdos e profissionais de saúde estabelecem inúmeros problemas, pois, a falta de comunicação pode interferir na prestação de atendimento a ponto de colocar a vida dos pacientes surdos em risco de morte¹⁶. Além disso, por não saberem se comunicar com os pacientes surdos, alguns profissionais acabam não os atendendo e propondo que voltem com alguém com quem possam falar para auxiliar na consulta¹⁶.

Por fim, verificou-se a preocupação de alguns profissionais em escrever sobre a falha na comunicação entre eles e os surdos, bem como o enfrentamento dos surdos por meio de seus relatos. Ademais observou-se uma lacuna no que se refere estudos que citem a percepção dos profissionais de saúde acerca das dificuldades no atendimento a esse grupo.

5. CONCLUSÕES:

É crescente o número de estudos voltados à surdez. Esses estudos em geral reforçam as necessidades de olhar para o público portador de deficiência auditiva e garantir a eles o direito de serem tratados a partir de uma abordagem humanística e igualitária. As falhas de comunicação com os surdos em todas as áreas ainda é, sem dúvidas, um grande desafio a ser vencido por todos, principalmente na área de saúde, uma vez que lida diretamente com a vida.

Apesar do aumento na produção científica da área, verifica-se a lacuna de análise da visão dos profissionais, bem como a apresentação de sugestões para superar a dificuldade de interação entre os profissionais de saúde e clientes surdos.

Os dados obtidos mostram a importância em se produzir conhecimento acerca do que os profissionais de saúde pensam, sentem e enfrentam diante dos obstáculos causados pela falta de comunicação com o público portador de surdez. Talvez, através dessa produção seja possível promover a sensibilização de gestores, bem como dos funcionários que estão na ponta recebendo dia-a-dia os usuários e que em função disso precisam de formação continuada e apoio para atender de forma apropriada e segura.

REFERÊNCIAS

1. Áfio ACE, Carvalho AT, Carvalho LV, Silva ASR, Pagliuca LMF. Avaliação da acessibilidade de tecnologia assistiva para surdos. Rev Bras Enferm 2016; 69(5):781-787. <http://dx.doi.org/10.1590/00347167.2016690503>
2. Azevedo CB, Giroto CRM, Santana APO. Produção Científica na Área da Surdez: análise dos artigos Publicados na Revista Brasileira de Educação Especial no Período de 1992 a 2013. Rev Bras Ed. Esp 2015; 21: 459-476. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-65382115000400010>
3. Brasil- Lei Nº 13.146 de 6 de Julho de 2015- Instituiu a Lei brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da pessoa com deficiência). www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/13146.htm
4. Brasil-decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005- regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm
5. Brasil- Lei Nº 10.436, DE 24 DE ABRIL DE 2002-Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm
6. Filho, GOS; Oliveira RS; Albuquerque RB. O profissional tradutor e intérprete de libras (tilibras): como a legislação apresenta a formação acadêmica?- GT8 – Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas) – <https://eventos.set.edu.br/index.php/enfope/article/view/1259>
7. França EG, Pontes MA, Costa GMC, França ISX. Dificuldades de profissionais na atenção à saúde da pessoa com surdez severa. Ciencia y Enferm 2016; 22 (3): 107-116.
8. Galvão C M, Sawada NO, Trevizan MA. Revisão sistemática: recurso que proporciona a incorporação das evidências na prática da enfermagem- Rev Latino-Am Enferm 2004; 12(3): 549-56.
9. Lopes RM, Vianna NG, Silva EM. Comunicação do surdo Com Profissionais de saúde na busca da integralidade- Rev Saúde Pesq 2017; 10: 213-221.
10. Monteiro R, Silva DNH, Ratner C. Surdez e Diagnóstico: narrativas de surdos adultos. Psicol Teor Pesq 2016; 32: 1-7. <http://dx.doi.org/10.1590/0102-3772e32ne210>
11. Moreira, W. Revisão de Literatura e Desenvolvimento Científico: conceitos e estratégias para confecção 2004; Janus; 1.- https://portais.ufg.br/up/.../Revis_o_de_Literatura_e_de_senvolvimento_cient_fico.pdf
12. Nóbrega DJ, Munguba MC, Pontes RJS. Atenção à saúde e surdez: desafios para implantação da rede de cuidados à pessoa com deficiência. Rev Bras Promo Saúde 2017; 30(3): 1-10. <http://dx.doi.org/10.5020/18061230.2017.6176>
13. Nunes SS, Saia AL, Silva LJ, Mimessi SD'A. Surdez e

educação: escolas inclusivas e/ou bilíngues?- Rev Assoc Bras Psicol Escol e Ed 2015; 19: 537-545.

14. Oliveira YCA, Celino SDM, Costa GMC. Comunicação como ferramenta essencial para assistência à saúde dos surdos. Physis Rev Saúde Col 2015; 25: 307-320. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-73312015000100017>

15. Rodrigues SCM, Damião GC. Ambiente Virtual: auxílio ao atendimento de enfermagem para surdos com base no protocolo de Atenção Básica- Rev Esc Enferm 2014; 48(4):731-738

16. Souza M T, Silva MD, Carvalho R. Revisão integrativa: o que é e como fazer. Einstein 2010; 8: 102-106. www.scielo.br/pdf/eins/v8n1/pt_1679-4508-eins-8-1-0102

17. Vieira C M, Caniato DG, Yonemotu BPR. Comunicação e acessibilidade: percepções de pessoas com deficiência auditiva sobre seu atendimento nos serviços de saúde. Rev Eletron Comun Inf Inov Saúde 2017; 11(2):1- 7 www.reciis.icict.fiocruz.br